



FACULDADE DE ENGENHARIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
CURSO DE ENGENHARIA DO AMBIENTE

Relatório de Estágio Profissional

**Proposta de Aplicação de Melhores Práticas de Conservação da
Biodiversidade Marinha e Costeira nas localidades de Mangalisse e
Chibuene – Distrito de Vilankulo**

Autor: Euclides Osias Siteo

Supervisor: Prof. Doutor Eng^o Clemêncio Nhantumbo

Maputo, Março de 2023

FACULDADE DE ENGENHARIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
CURSO DE ENGENHARIA DO AMBIENTE

Relatório de Estágio Profissional

**Proposta de Aplicação de Melhores Práticas de Conservação da
Biodiversidade Marinha e Costeira nas localidades de Mangalisse e
Chibuene – Distrito de Vilankulo**

Trabalho final do curso apresentado
ao Departamento de Engenharia
Química, Faculdade de Engenharia
da Universidade Eduardo Mondlane,
como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciado em Engenharia
do Ambiente.

Autor: Euclides Osias Siteo

Supervisor: Eng. Clemêncio Nhantumbo

Maputo, Março de 2023



FACULDADE DE ENGENHARIA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUÍMICA

TERMO DE ENTREGA DO TRABALHO

Declaro que o estudante **Euclides Osias Siteo**, entregou no dia ___/___/___
as ___ cópias do seu Trabalho de Licenciatura com a referência _____ intitulado,
Proposta de Aplicação de Melhores Práticas de Conservação da Biodiversidade
Marinha e Costeira nas localidades de Mangalisse e Chibuene – Distrito de Vilankulo

Maputo, ____ de _____ de 2022

A Chefe de Secretaria

I. DEDICATÓRIA

Aos meus País Osias Samuel Siteo e Chiluba Jorge Mussuei (em memória), em especial à minha Esposa e Filhos: Elisa Carlos Siteo, Xiluva Euclides Siteo, Euclisia Euclides Siteo e Kristoff Euclides Siteo. Dedico

II. AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus o criador dos céus e da terra, e de tudo quanto existe, pelo dom da vida, pelo conhecimento e sabedoria, pela saúde, pela oportunidade que me concedeu na frequência do curso de Licenciatura em Engenharia do Ambiente, na Universidade Eduardo Mondlane.

Agradeço a minha família, especialmente a minha Esposa, pelo apoio moral e que acompanharam cada momento da minha formação, bem como aos meus irmãos e amigos pelo apoio e compreensão devido ao pouco tempo que tive durante o período de formação para estar com eles em convívios.

Agradeço a todos os meus colegas do curso, e da faculdade, especialmente os da turma pela paciência nos trabalhos em grupo, pois muitas vezes apresentei dificuldades, mas eles estavam sempre de mãos abertas para me dar a força que precisasse. Senti muito carinho e respeito por todos, me senti dentro de um ambiente familiar pelo afecto por eles demonstrado.

Agradeço aos professores da UEM, na faculdade de engenharia do DEQUI do Curso de Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela dedicação e incentivo. Aprendi com muitos professores as novas formas de conduta e planeamento, não só para as áreas da engenharia, mas também para vida profissional, sem me esquecer dos funcionários da faculdade em particular do DEQUI.

Ao Engenheiro Clemencio Nhamtumbu agradeço pelas orientações, incentivo e visão na realização do presente trabalho.

Agradeço aos demais que directa ou indirectamente, participaram nessa caminhada que hoje estou trilhando, com eles pude melhorar profissionalmente e me tornar a pessoa humana que sou hoje. Por fim, conto com todos acima citados para melhorar meus conhecimentos e poder contribuir de alguma forma para melhoria da sociedade e da saúde do nosso planeta.

III. DECLARAÇÃO SOB A PALAVRA DE HONRA

Eu Euclides Osias Siteo, declaro por minha Honra que este trabalho de licenciatura é da minha autoria e resulta da pesquisa bibliográfica, experiência de trabalhos anteriores, trabalho de campo, tratamentos e interpretação de dados por mim colhidos.

Declaro ainda que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau acadêmico.

Maputo, Março de 2023

(Euclides Osias Siteo)

IV. RESUMO

O presente estudo foi feito com o objectivo de propor melhorias na actuação da Associação Ntumbuluku durante execução de projectos de conservação da Biodiversidade Marinha e Costeira. Este estudo seguiu uma abordagem metodológica qualitativa e através da participação em actividades que incluem visitas ao local de implementação, obter a sensibilidade para avaliar as limitações na execução do projecto. A participação nas actividades junto aos comités, assim como na plataforma, permitiu propor soluções aos problemas identificados e que pudessem comprometer a realização dos objectivos do projecto. Um dos principais problemas identificados é o corte do mangal pelas comunidades, sem reposição que causava a devastação agressiva das casas em caso de ciclones devido à falta da cintura verde. Neste estudo observou-se também que as comunidades dos locais envolvidos neste estudo reconhecem que a prática de pesca nociva utilizando instrumentos proibidos, redes de arrasto e não respeito do período de veda afecta a produtividade do mar e estão dispostas a participar em acções de sensibilização de pessoas de outras comunidades a melhores práticas de protecção ambiental. Quando questionadas sobre a possibilidade de criar uma reserva marinha, as comunidades concordaram para garantir a multiplicação e preservação dos recursos marinhos.

Palavras-chave: Biodiversidade costeira de Chibuene, Protecção Marinha e Costeira, Criação de Comités de Biodiversidade.

Índice

I. DEDICATÓRIA	iii
II. AGRADECIMENTOS.....	iv
III. DECLARAÇÃO SOB A PALAVRA DE HONRA.....	v
IV. RESUMO	vi
V. LISTA DE ABREVIATURAS	x
VI. LISTA DE FIGURAS.....	xiii
VII. LISTA DE GRÁFICOS	xiv
VIII. LISTA DE TABELAS.....	xiv
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Formulação do problema.....	3
1.2. Objectivos do trabalho	4
1.3. Metodologia	4
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
2.1. Biodiversidade	6
2.2. Biodiversidade moçambicana	6
2.3. Biodiversidade terrestre	7
2.4. Biodiversidade Agro-pecuaria	7
2.5. Biodiversidade Marinha e Costeira.....	8
2.6. Gestão e Conservação Sustentável de Mangais em Moçambique	9
2.7. Enquadramento legal.....	9
2.7.1. Quadro legal internacional	9
2.7.2. Quadro legal Nacional	11
3. CASO DE ESTUDO.....	15

3.1. Localização da Área de Estudo	15
a. Situação biofísica da área de estudo	15
3.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	16
3.2.1. Apresentação dos resultados.....	16
3.2.1.1. Plantio do Mangal na zona de Mangalisse.....	18
3.2.1.2. Contratação de Consultor para Melhoria de Desempenho	19
3.2.1.3. Aprovação para implementação do projecto.....	19
3.2.1.4. Apresentação do projecto junto as estruturas locais.....	19
3.2.1.5. Criação dos Comites Comunitários de Protecção	20
a) Capacitação dos membros do CCP's em matéria de Biodiversidade, legislação relacionada a defesa da biodiversidade	22
3.2.1.6. Criação da Plataforma da Sociedade Civil.....	23
a) Identificação e Mobilização das OSC's	24
b) Apresentação de TdR aos Membros da Plataforma da Sociedade Civil.....	24
c) Capacitação dos membros da Plataforma em matéria de legislação relacionada a defesa da biodiversidade.....	25
3.2.1.7. Capacitação do Governo Local.....	26
3.2.1.8. Capacitação de jornalistas	27
3.2.2. Discussão dos resultados	28
3.2.2.1. Encontros de Planificação.....	28
3.2.2.2. Sensibilização comunitária para advocacia da conservação da biodiversidade marinha e costeira.....	28
3.2.2.3. Avaliação da situação da biodiversidade marinha e costeira de Mangalisse e Chibuene	29
3.2.2.4. Palestras na Escola e Centros de Formação.....	30
3.2.2.5. Palestra nas Igrejas e locais aglomerados.....	30
3.2.2.6. Debate na rádio sobre o Dia Internacional da Biodiversidade	31
3.2.2.7. Comemorações do dia do Ambiente.....	32

3.2.2.8. Monitoria da Produtividade do Mar	32
3.2.2.9. Formação em Monitoria Fotográfica	33
3.2.2.10. Visita do Consultor ao CCP de Mangalisse.....	34
3.2.2.11. Visita do Doador (USAID) ao Distrito de Vilankulo	34
3.2.2.12. Visita do Doador aos CCP´s criados pela Ntumbuluku	35
3.2.2.13. Visita da USAID à Associação de Turismo de Vilankulo	35
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
4.1. Conclusões	39
4.2. Recomendações.....	40
5. BIBLIOGRAFIA.....	41
Anexos	42

V. LISTA DE ABREVIATURAS

ABC	Benefícios Advindos de sua Utilização
ACS	Áreas de Conservação
ACTFS	Áreas de Conservação Transfronteiriças
AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
ANAC	Administração Nacional de Áreas de Conservação
BIOFUND	Fundação para a Conservação da Biodiversidade
BR	Boletim da República
CBD	Convenção da Biodiversidade Biológica
CIF	Centro de Investigação Agrária
CONDES	Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável
CPC	Comité de Proteção Comunitário
CPI	<i>Counter part International</i>
CRM	Constituição da República Moçambique
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENMC	Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação as Mudanças Climáticas
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
IFC	<i>Internacional Financial Corporation</i>
IIAM	Instituto de Investigação Agrária
INE	Instituto Nacional de Estatística

MASA	Ministério da Agricultura Segurança Alimentar
MEF	Ministério da Economia
MICUTUR	Ministério da Cultura e Turismo
MIMAIP	Ministério do mar Águas Interiores e Pesca
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MIREME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MICOA	Ministério Para a Coordenação da Acção Ambiental
OCB	Organização de Base Comunitária
ODS	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEN	Plano de Acção para Economia Verde
PAEN	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
PRM	Polícia da República de Moçambique
PPDAS	Política Padrões de Desempenho Ambiental e Social
REIA	Relatório do Estudo do Impacto Ambiental
SADAC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SADAC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SDAE	Serviços Distritais de Planificação e Infraestrutura
TdR	Termos de Referência
UNB	Unidade Nacional de Biodiversidade
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento

VI. LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Biodiversidade Agro-Pecuária moçambicana.....	8
Figura 2: Localização do Distrito de Vilankulo no mapa de Moçambique	15
Figura 3: Actividade de repovoamento do mangal na zona de Mangalisse	18
Figura 4: Encontro do consultor com o Governo local.....	19
Figura 5: Encontro de Apresentação do Projecto junto das Estrutura Local	20
Figura 6: Apresentação dos TdR´s Junto do governo local.....	21
Figura 7: Criação do comité de Chibuenne	21
Figura 8: Encontro de discussão dos TdR´s com os comités de Chibuenne e Mangalisse	22
Figura 9: Capacitação do Comité de Mangalisse	23
Figura 10: Capacitação do comité de Chibuenne	23
Figura 11: Identificação de OSC´s para fazerem parte a plataforma	24
Figura 12: Reunião dos membros da plataforma para a definição de comissão de elaboração de estatutos	25
Figura 13: Capacitação da Plataforma da Sociedade Civil	26
Figura 14: Capacitação do governo local	27
Figura 15: Capacitação de Jornalistas	27
Figura 16: Actividade de Planificação Semanal dos CCP´s de Chibuenne e Mangalisse	28
Figura 17: Sensibilização da População pelos membros do CCP de Chibuenne	29
Figura 18: Avaliação da situação da biodiversidade em Chibuenne e Mangalisse ...	30
Figura 19: Palestra na Escola e Centro de Formação de Professores.....	30
Figura 20: Palestra nos locais de culto pelos comités de Mangalisse e Chibuenne ..	31
Figura 21: Debate sobre o Meio Ambiente na Rádio	31
Figura 22: Comemorações do Dia do Ambiente em Vilankulo	32
Figura 23: Visita de monitoria do pescado em alto mar	33
Figura 24: Formação sem monitoria fotográfica aos membros da Plataforma das OSC´s	34
Figura 25: Visita do Consultor ao CCP de Mangalisse.....	34
Figura 26. Visita de monitoria da USAID ao Parceiro de implementação Ntumbuluku	35
Figura 27: Visita da USAID junto dos CCP's criados pela Ntumbuluku.....	35
Figura 28: Visita de Cortesia à Associação de turismo de Vilankulo	36

VII. LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1: Número comparativo da equidade de gênero envolvidos no projecto ..	23
Gráficos 2: Número comparativo do nível de engajamento das partes interessadas	37
Gráficos 3: Número comparativo dos participantes nas capacitações	37
Gráficos 4: Número comparativo de engajamento nas actividades na presença do consultor	38

VIII. LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Convenções ractificadas por Moçambique no âmbito da Conservação da Biodiversidade.....	10
Tabela 2: Quadro Nacional sobre a Conservação da Biodiversidade.....	12
Tabela 3: Legislação nacional Adicional para a Conservação da Biodiversidade ...	13
Tabela 4: Descrição de Actividades do Projecto	17

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Moçambique possui 7 parques nacionais, nomeadamente Quirimbas, Gorongosa, Mágoè, Bazaruto, Limpopo, Zinave e Banhine, e 12 reservas nacionais, sendo Niassa, Gilé, Marromeu, Lago Niassa, Chimanimani, Pomene, Malhazine, Ponta de Ouro e a Reserva Biológica de Inhaca, a Zona de Protecção Total de Cabo de São Sebastião, e a Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (BIOFUND, 2022). Encontram-se, igualmente, no quadro de gestão da ANAC outras categorias de áreas de conservação, como é caso de coutadas oficiais e fazendas de brávio destinadas ao desenvolvimento do turismo cinegético como também as 3 Áreas de Conservação Comunitária de Mitchéu, Tchuma Tchato e Chipanje Chetu, e as reservas florestais. Moçambique dispõe através da sua rede de áreas de conservação uma diversidade biológica muito rica, congregando ecossistemas distintos, tanto terrestres como marinhos. Esta diversidade de ecossistemas, tem um papel importante no fornecimento de serviços ambientais.

Moçambique possui uma linha de costa de aproximadamente 2.470 Km e divide-se, ecologicamente, em três regiões distintas, a saber:

- Zona Norte (ou costa de coral), que vai da foz do Rovuma (10 o 20`S) até ao limite Norte do Arquipélago das Ilhas Primeiras e Segundas (17o 20`S), caracterizada por águas límpidas e existência de baías de águas profundas com destaque para as baías de Pemba, Momba e Nacala. Os fundos são rochosos e a extensão estimada é de 800 km de comprimento.
- Zona Central (ou costa pantanosa), caracterizada pelo escoamento de vários rios importantes, com destaque para o Zambeze, Pungué e Save, com uma extensão de cerca de 900 km, que se estendem, desde o limite Norte do arquipélago das Ilhas Primeiras e Segundas (17 o 20`S), até ao limite Norte do Arquipélago do Bazaruto (21 o 10`S). Nesta região existe uma zona húmida de importância internacional alberga a maior extensão de cobertura de mangais do país. Do ponto de vista sócio-económico, é a zona costeira onde existe maior concentração de população e conseqüentemente um elevado número de pescadores artesanais residentes.
- Zona Sul (ou costa de dunas parabólicas), localizada entre o arquipélago de Bazaruto (21º 10`S) e a Ponta do Ouro, é caracterizada por extensas lagoas

costeiras (Inharrime, Bilene), vários sistemas pantanosos e charcos criados pela água das chuvas.

Mais de 60% da população moçambicana vive na zona costeira sendo altamente dependente dos recursos e ecossistemas costeiros e marinhos, principalmente dos recursos pesqueiros, para subsistência e rendimento. Os mangais são o habitat natural e local de reprodução para estas espécies tornando-os cruciais para a segurança alimentar e geração de rendimento para grande parte da população. Apesar disto, o mangal em Moçambique, tem sido alvo de exploração elevada devido à pobreza e ao desenvolvimento das zonas costeiras, o que leva à sua degradação em alguns locais (Ministros, 2020).

As maiores taxas de degradação do mangal estão localizadas ao redor das principais cidades como Maputo, Beira, Quelimane e Pemba. As causas de degradação dos mangais são principalmente de carácter antropogênico e incluem o corte para combustível lenhoso, estabelecimento de salinas, áreas agrícolas, recolha de estacas para construção de casas e barcos e desenvolvimento urbano. Por outro lado, eventos extremos ou mudanças climáticas têm causado danos ao ecossistema de mangal. O ecossistema de mangal no país tem sido, e em larga escala explorado de forma não sustentável, esta pressão populacional tornou-se uma ameaça insuportável para o mangal, devido ao uso comercial no corte da lenha, colheita de mariscos, exploração de plantas medicinais, estacas de madeira para: habitação, artesanato, ou usado como depósitos para lixo doméstico e agrícola, sendo que as áreas de conservação são as seguintes: Parque Nacional do Arquipélago de Bazarruti, Reserva Nacional de Pomane e a área de proteção de proteção (Chamba, et al., 2015).

Estudos recentes referem que Moçambique possui uma cobertura de floresta de mangal que varia entre 290 000 e 368 000 ha, sendo considerada a terceira maior cobertura de floresta de mangal em África e a maior da costa oriental do continente. Em Moçambique, as florestas de mangal ocorrem em aglomerados ao longo de toda a linha de costa, sendo mais abundantes na região centro e norte. Na região norte, as florestas de mangal ocorrem em estuários, baías e em áreas mais abrigadas (Macamo & Siteo, 2016). As ameaças à conservação das florestas de mangal incluem potencialmente a demanda por madeira e combustível lenhoso, desmatamento para a construção de infraestruturas para habitação e indústria, agricultura, extração de sal e várias

actividades ligadas ao desenvolvimento costeiro (Nuva, 2018). Existem também questões de gestão ligadas ao quadro legal-institucional que requerem atenção.

A província de Inhambane é a septuagésima maior de Moçambique com cerca de 68.615 Km² de área, com uma faixa territorial de 24 milhas náuticas, que estão sendo fortemente ameaçadas devido a construção de instâncias turísticas dentro do perímetro da costa, o abate indiscriminado do mangal e a prática de técnicas nocivas para a pesca, possui áreas de conservação nomeadamente: Parque Nacional de Bazaruto, Reserva Nacional de Pomane, Área de Proteção Total do Cabo São Sebastião, sendo que na sua fauna terrestre ocorrem 133 espécies de mamíferos terrestres não-voadores, e possui algumas espécies icônicas como: Tubarão, Raias-Manta, Golfinhos e Dugongos (Zacarias, 2018).

1.1. Formulação do problema

O principal problema a ser abordado no projecto, será a aplicação ineficaz da Lei 16/2014 de 20 de junho, revista e republicada pela Lei 5/2017 de 11 de maio, que resulta na elevada degradação da biodiversidade marinha, terrestre e insustentabilidade da costa de Vilankulo, na Província de Inhambane, devido a pressão humana sobre os recursos.

A identificação do problema foi possível através de reuniões realizadas entre a Associação Ntumbuluku, a Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Vilankulo, Conselho Municipal da Vila de Vilankulo, líderes comunitários, pescadores e lenhadores da localidade de Mangalisse e Chibuene. Considerando a documentação e discussões compartilhadas, concluiu-se que as diretrizes da Lei 16/2014 de 20 de Junho estavam sendo aplicadas de forma sustentável/cabalmente.

A falta da implementação dos mecanismos de governança participativa previstos nas leis 16/2014 e 5/2017, permite que o governo ou líderes comunitários tomem decisões isoladamente sem a participação da comunidade nos processos decisórios;

A não advocacia e pressão da sociedade civil sobre o Governo local que possa favorecer a aplicação das Leis 16/2014 e 5/2017. O facto decorre da falta de educação formal dos cidadãos de Vilankulo sobre os seus direitos na defesa do funcionamento das leis. Além disso, não há consciência ambiental de preservação, nem responsabilização e co-gestão dos recursos locais com o Governo e os empresários turísticos, florestais ou pesqueiros, todos decorrentes do desconhecimento das leis

164/2014 e 5/2017, que torna imperativo capacitar os cidadãos para melhor percepção da legislação;

Não há nenhum benefício para as comunidades de acordo com a análise. Os benefícios estão previstos nas Leis 16/2014 e 5/2017 e demais legislações relevantes para as taxas de concessão para exploradores comerciais. Ambas as leis consagram direitos que podem aumentar o exercício dos direitos de cidadania ambiental das populações locais, mas isso não é utilizado em benefício das comunidades locais devido à falta de conhecimento e conscientização dos órgãos governamentais locais.

1.2. Objectivos do trabalho

O presente trabalho tem como objetivo geral propor a Aplicação de Boas Práticas de Conservação da Biodiversidade Marinha e Costeira nas localidades de Mangalisse e Chibuene – Distrito de Vilankulo.

Objectivos específicos:

- para o alcance do objectivo geral o presente trabalho basear-se-á nos seguintes objectivos específicos;
- engajar Grupos activos e comunitários no uso sustentável dos recursos marinhos de acordo com a Lei de Conservação 5/2017;
- melhorar a capacidade dos cidadãos para advogar sobre a conservação da Biodiversidade, através de formações e palestras;
- promover o objectivo sétimo do Desenvolvimento do Milénio (Garantir a sustentabilidade ambiental);
- fortalecer a capacidade organizacional de Ntumbuluku na advocacia de políticas.

1.3. Metodologia

A metodologia usada para a prossecução deste trabalho consistiu em três momentos, nomeadamente:

Como membro da Associação Ntumbuluku, a primeira fase consistiu em participar na preparação de documentos de pedido de autorização para implementação do projecto em Vilankulo. A segunda fase foi a elaboração de matéria que serviria para a formação

das partes interessadas, participação nas reuniões para a criação dos comités de Mangalisse e Chibuene, criação da Plataforma de Organizações da Sociedade Civil, participação em reuniões com o governo local para implementação do projecto e participação nas reuniões de balanço junto do doador como representante da Ntumbuluku.

Para a compreensão dos principais conceitos e legislação e elaboração deste relatório, foi necessário proceder à leitura de artigos, legislação e documentos. A última fase consistiu na compilação do presente relatório e análise de resultados obtidos e por fim as recomendações para as boas práticas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Biodiversidade

A biodiversidade ou Diversidade Biológica é entendida como a variedade e a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo entre outros ecossistemas terrestres e marinhos e outros ecossistemas aquáticos assim como os complexos ecológicos dos quais fazem parte, compreendem a diversidade dentro de cada espécie, entre as espécies e de ecossistemas (Lei n.º 5/2017).

2.2. Biodiversidade moçambicana

Moçambique é caracterizado por uma variedade de ecossistemas terrestres, marinhos e costeiros e de águas interiores, os quais comportam uma grande diversidade de espécies (florísticas e faunísticas). As características socioeconómicas do país conferem-lhe ainda uma situação peculiar em termos de conservação da biodiversidade. A economia nacional e rural de Moçambique depende dos bens e serviços oferecidos pela biodiversidade (Chamba, et al., 2015).

A biodiversidade moçambicana é caracterizada pelos seguintes aspectos:

- país com biodiversidades diversas (terrestre, agropecuária, marinha e costeira e das águas interiores);
- grande dependência pelos recursos naturais – pobreza;
- grande diversidade vegetal, mais de 5000 espécies e 300 de especial atenção. Endemicidade reconhecida em vários locais do País;
- espécies endémicas de mamíferos, aves e répteis, algumas vezes associadas a regiões montanhosas;
- escassez de dados sobre muitos aspectos de fauna e flora (censos, diversidade e estado de conservação de alguns grupos - ex. anfíbios);
- muitos hot-spots de diversidade sobretudo vegetal; necessidade de mais estudos sobre a fauna nos hotspots;
- esforços para a conservação visíveis no estabelecimento das áreas de conservação e na criação de leis – necessidade de fortalecer a sua implementação

As principais diversidades biológicas de interesse em Moçambique são: a biodiversidades terrestre, a biodiversidade agro-pecuaria, a biodiversidade marinha e

costeira e a biodiversidade das águas interiores. Estas biodiversidades são descritas a seguir (Chamba, et al., 2015).

2.3. Biodiversidade terrestre

No que se refere a biodiversidade terrestre, Moçambique é constituído por diversidade de ecossistemas e de espécies de interesse global para a conservação, fazendo parte das 5 principais zonas fitogeográficas da África Austral, nomeadamente:

- I. Centro Regional de Endemismo Zambeziano;
- II. Centro Regional de Endemismo Swahiliano (Mosaico Regional Zanzibar-Inhambane);
- III. Zona de Transição Regional *Swahiliano-Maputaland*;
- IV. Mosaico Regional Maputaland-Tongoland; e
- V. Centro de Endemismo Afromontanoso.

Nestas fito regiões existem 5 fitocórias diferentes, subdivididos em 12 ecoregiões que se encontram em diferentes estados de conservação e que representam importantes *hotspots* de biodiversidade e de endemismo (Guambe, 2017).

Moçambique é o habitat de uma rica flora com 6000 espécies de plantas, das quais, mais de 300 espécies de plantas estão na lista vermelha da IUCN e 22% são endémicas, uma fauna terrestre com 726 espécies de aves, 171 espécies de répteis, 85 de anfíbios (dos quais 28 são endémicas) e 3075 espécies de insectos (Biofund, 2022). De acordo com o censo da fauna bravia realizado em 2008, existem quatro principais regiões onde a riqueza de animais selvagens é particularmente elevada (Chamba, et al., 2015).

2.4. Biodiversidade Agro-pecuaria

Os ecossistemas agro-pecuários em Moçambique são bastante diversos e suportados por uma diversidade de condições agro-ecológicas distribuídas em 10 zonas. As regiões R4-R10 são de maior diversidade e produtividade agrícola e florestal, enquanto as regiões R1-R3 têm potencial para o desenvolvimento pecuário. Moçambique detém uma importante diversidade de variedades locais de culturas, parentes silvestres de culturas, espécies pascícolas e espécies silvestres com interesse alimentar. Existe uma vasta lista de plantas cultivadas abarcando as culturas alimentares (cereais, raízes e tubérculos, feijões, hortícolas e fruteiras) e culturas de rendimento (algodão, cajueiro). Quanto às culturas alimentares, o milho, mandioca e feijão nhemba constituem as culturas mais comuns cultivadas no país (Chamba, et al., 2015).

A maior parte está concentrada na costa do Norte do país, onde aparecem, quase continuamente, desde as Ilhas do Arquipélago das Quirimbas até às Ilhas Primeiras e Segundas. Foram identificadas até à data cerca de 194 espécies de coral (Chamba, et al., 2015).

2.6. Gestão e Conservação Sustentável de Mangais em Moçambique

Os mangais em Moçambique estão localizados principalmente nas áreas costeiras, deltas e estuários dos principais rios e são difundidos em todo o país. Devido à reconhecida função ecológica dos mangais na protecção das linhas costeiras de inundações e ciclones, preocupações relativas ao aumento de áreas dos mangais degradadas estão no topo da agenda do governo de Moçambique, e conseqüentemente, expressou e criou as bases legais, estratégicas, políticas e constitucional que impacta na conservação, gestão e restauração dos mangais.

É necessário vontade política e engajamento conjunto de várias instituições do governo com uma função nos mangais, bem como de organizações da sociedade civil, comunidades locais e sector privado para promover a conservação dos mangais.

Moçambique ainda enfrenta muitos desafios para domesticar instrumentos jurídicos internacionais e para assegurar a implementação efectiva de diversas e fragmentadas disposições legais, que causam dificuldades na compreensão e aplicação holística, consistente e compreensiva do quadro legal que governa os mangais (Castiano, 2020).

A área de conservação de mangais em Moçambique é estimada em cerca de 337000 ha. As principais ameaças associadas a estas áreas são: a exploração excessiva, desenvolvimento de infraestruturas, agricultura, mineração, aquicultura, poluição, exploração de sal e erosão costeira. Os principais usos de mangal inserem-se no: polo de construção, uso como lenha/carvão e as construções de barcos, barreiras e infraestruturas (Castiano, 2020).

2.7. Enquadramento legal

2.7.1. Quadro legal internacional

Moçambique ratificou a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) através da Resolução nº 2/94 e é signatário de várias convenções internacionais relacionadas com a biodiversidade. Várias outras Convenções a que Moçambique é signatário, concorrem para a protecção da biodiversidade (Lei n.º 5/2017). A diversidade de convenções ratificadas por Moçambique, relacionadas com a biodiversidade, revela a variedade de

sinergias que esta estratégia e plano de acção devem ter em consideração (Chamba, et al., 2015). A tabela 1, apresenta as convenções internacionais ratificadas por Moçambique até à data.

Tabela 1: Convenções ratificadas por Moçambique no âmbito da Conservação da Biodiversidade

Convenção	Aspectos relacionados com a biodiversidade
Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais. Ratificado pela Resolução nº 18/1981	Reconhece a importância vital dos recursos naturais, e.g. flora, fauna, água e solos, para o bem-estar das populações africanas
Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de extinção (CITES). Ratificado pela Resolução nº 20/1981	Reconhece que as várias espécies, animais e vegetais representam uma parte insubstituível dos ecossistemas naturais.
Convenção de Bamako sobre Protecção da Camada de Ozono. Ratificado pela Resolução nº 8/1993	Reconhece os efeitos das modificações na camada de ozono sobre os ecossistemas e organismos.
Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC). Ratificado pela Resolução nº 1/1994	Reconhece o acentuado efeito de estufa natural, causado pelas actividades humanas, e avalia em que medida podem afectar, adversamente, os ecossistemas naturais e a humanidade; reconhece ainda o papel dos ecossistemas terrestres e marinhos como reservatórios de carbono
Convenção sobre a Protecção, Gestão e Desenvolvimento Marinho e Costeiro da Região Oriental de África. Ratificado pela Resolução nº 17/1996	Reconhece as características especiais dos ecossistemas marinhos (hidrográficas e ecológicas), e as ameaças a que estão sujeitos pela poluição e pela deficiente integração no processo de desenvolvimento.
Convenção de Bamako relativa à Interdição da Importação de Lixos Perigosos, e ao Controlo da Movimentação Transfronteiriça desses lixos em África. Ratificado pela Resolução nº 19/1996	Reconhece a crescente produção e complexidade dos lixos tóxicos e os efeitos sobre a saúde humana e a biodiversidade
Convenção sobre o Combate à Seca e Desertificação (UNCCD). Ratificado pela Resolução nº 20/1996.	Reconhece que a desertificação é causada por uma interacção complexa entre factores físicos, biológicos, políticos, socioeconómicos e culturais.

Protocolo de Cartagena sobre Bio-Segurança. Ratificado pela Resolução nº 11/2001	Estabelece mecanismos para proteger biodiversidade e a saúde pública dos riscos dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM).
Convenção sobre a protecção das Terras Húmidas (RAMSAR). Ratificado pela Resolução nº 45/2003	Reconhece a importância ecológica das terras húmidas como reguladoras de regimes hidrológicos e de habitats de espécies florísticas e faunísticas características (incluindo as migratórias).
Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos e Persistentes. Ratificado pela Resolução nº 56/2004	Reconhece os efeitos tóxicos dos poluentes dos tecidos biológicos e transportados além-fronteiras.
Convenção de Bona sobre Espécies Migratórias (CMS). Ratificado pela Resolução nº 9/2008	Reconhece a importância da conservação de habitats especiais de espécies migratórias.
Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica. Ratificado pela Resolução nº 2/2014	Acordo suplementar à CDB para a regulamentação do Acesso aos Recursos Genéticos e a partilha Justa e Equitativa dos Benefícios Advindos de sua Utilização (ABS)
Modelo de sustentabilidade International Financial Corporation (IFC) – Política e Padrões de desempenho ambiental e social (PS 6)	Providencia orientações para a identificação de riscos e impactos resultantes de actividades de desenvolvimento, velando pelos aspectos de conservação da biodiversidade.

2.7.2. Quadro legal Nacional

O Quadro Legal Nacional é caracterizado por uma diversidade de instrumentos que regem todas as actividades relacionadas com a biodiversidade, e inclui entre outros, a Lei do Ambiente, a Lei de Terras, a Lei de Pescas, a Lei de Florestas e Fauna Bravia, a Lei de Turismo e a Lei de Áreas de Conservação, para além de uma série de regulamentos associados a essas leis (e.g. Regulamento de Avaliação do Impacto Ambiental, Regulamento de Florestas e Fauna Bravia e Regulamento Geral das Actividades Pesqueiras Marítimas) (Chamba, et al., 2015). A Tabela 2, apresenta-se de forma breve os elementos essenciais para a conservação da biodiversidade, de alguns desses instrumentos.

Tabela 2: Quadro Nacional sobre a Conservação da Biodiversidade

Categoria	Descrição
Políticas e estratégias ambientais	2014- Estratégia e Plano de Acção de Combate à Seca e Desertificação (em curso), a Avaliação Ambiental Estratégica para a Gestão das Zonas Costeiras; 2013- o Plano de Acção para a Economia Verde (PAEV), 2004-2013 - Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (PEDT); 2009 - Política e Estratégia de Biocombustíveis (Resolução nº 22/2009, de 4 de Outubro), Política de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis (Resolução nº 62/2009, de 14 de Outubro) e Política de Conservação e Estratégia de sua Implementação (Resolução nº 63/2009 de 02 de Novembro).
Lei do Ambiente (Lei nº 20/1997)	A Lei do Ambiente é o instrumento-mãe de toda a actividade ambiental em Moçambique, para assuntos de biodiversidade temos: <ul style="list-style-type: none">• O Artigo 4, que discute os princípios gerais da gestão ambiental, racionalidade, conhecimento local, visão integrada do ambiente, participação ampla, igualdade de acesso, responsabilização e cooperação nacional e internacional;• Os Números 1 e 2 do Artigo 12 falam sobre a Protecção da Biodiversidade.
Lei de Terras (Lei nº 19/97)	De particular importância para a conservação da biodiversidade, são os Artigos 7 e 8 que estabelecem, respectivamente, Zonas de Protecção Total e Zonas de Protecção Parcial, ambas de protecção da natureza e portanto, da biodiversidade. O Artigo 24 reconhece o papel das comunidades locais na gestão dos recursos naturais, resolução de conflitos, entre outros
Lei de Florestas e Fauna Bravia (Lei nº 10/99)	A Lei de Florestas e Fauna Bravia promove a utilização sustentável e iniciativas de protecção, conservação dos recursos florestais e faunísticos. Todos os artigos desta Lei estão, directa ou indirectamente, relacionados com a conservação da diversidade biológica em Moçambique;
Lei de Áreas de Conservação (Lei nº 16/2014)	Estabelece os princípios básicos para a conservação da biodiversidade, a saber: Património Ecológico, Soberania, Igualdade, Participação do Cidadão na Gestão e nos Benefícios, Responsabilidade Ambiental (prevenção e responsabilização).
Lei de Pescas (Lei nº 3/90)	A Lei de Pescas regula toda a actividade pesqueira no país, o Artigo 8 desta Lei refere-se aos planos de desenvolvimento, sem, contudo, referir à importância da conservação dos recursos. O Regulamento da Lei (Decreto 43/2003) inclui alguns elementos orientadores para a conservação da

	biodiversidade, nomeadamente o Artigo 8 que se refere à importância das medidas de gestão directas e indirectas, o Artigo 9 que limita o esforço de pesca, e o Artigo 10 que limita o volume de capturas.
Lei de Minas (Lei nº 20/2014) e respectivo regulamento (Decreto nº 26/2004)	O Artigo 68b- Orientação sobre a protecção ambiental, e conservação da biodiversidade.
Regulamento de Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto nº 45/2004)	O regulamento obriga a que todos os projectos de grande dimensão, bem como todas as actividades levadas a cabo em áreas de conservação sejam submetidos a um EIAS detalhado.
Regulamento sobre a Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro (Decreto nº 45/2006)	Este decreto demanda a compensação completa em todas as formas de poluição causadas por navios e plataformas.
Regulamento sobre o Acesso e Partilha justa e equitativa de Benefícios provenientes de Utilização de Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado (Decreto nº 19/2007)	Este instrumento estabelece as regras para o acesso a componentes dos recursos genéticos e sua protecção, bem como o conhecimento tradicional a ele associado e relevante à conservação da diversidade biológica, à sua utilização sustentável, incluindo a repartição justa e equitativa de benefícios derivados da sua utilização e exploração.

Outros instrumentos legais de relevância para a conservação da biodiversidade em Moçambique estão apresentados na tabela 3.

Tabela 3: Legislação nacional Adicional para a Conservação da Biodiversidade

Categoria	Descrição
Decreto nº 25/2008, de 1 de Julho	Regulamento para o Controlo de Espécies Exóticas Invasoras.
Decreto nº 23/2008, de 1 de Julho	Regulamento da Lei do Ordenamento Territorial.
Resolução nº 10/2009, de 4 de Outubro	Estratégia da Energia.
Resolução nº 58/2009 de 29 de Dezembro	Estratégia da Gestão do Conflito Homem/ Fauna Bravia.

Diploma Ministerial nº 181/2010, de 3 de Novembro	Directiva sobre o Processo de Expropriação para efeitos de Ordenamento Territorial.
Decreto nº 56/2010, de 22 de Novembro	Regulamento Ambiental para as Operações Petrolíferas.
Decreto nº 25/2011, de 15 de Junho	Regulamento sobre o Processo de Auditoria Ambiental.
Decreto nº 58/2011, de 11 de Novembro	Regulamento de Biocombustíveis e suas misturas com combustíveis fósseis.
Resolução nº 67/2011 de 21 de Dezembro	Designa o Lago Niassa como um local na Lista de Terras Húmidas de Importância Internacional.
Resolução nº 8/2012 de 13 de Abril	Concede à Fundação para a Conservação da Biodiversidade - Biofund, o Estatuto de Utilidade Pública.
Decreto nº 16/2013, de 26 de Abril	Regulamento sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora silvestres Ameaçadas de Extinção.
Lei nº 21/2014, de 18 de Agosto	Assegura o respeito pelos interesses nacionais em relação a defesa, trabalho, navegação, pesquisa e conservação dos ecossistemas marinhos e demais recursos naturais, actividades económicas existentes, segurança alimentar e nutricional das comunidades e ao meio ambiente em geral.

3. CASO DE ESTUDO

3.1. Localização da Área de Estudo

Vilanculos ou Vilankulo é um distrito de Moçambique situado na parte setentrional da província de Inhambane. A sua sede é a vila de Vilanculos, tem como limites geográficos, a norte e oeste com o distrito de Inhassoro, a leste com o Oceano Índico e a sul e oeste com o distrito de Massinga, possui uma superfície de 5 867Km² e uma população de 135 710, de acordo com os resultados preliminares do Censo de 2007, conforme indica a figura 2.



Figura 2: Localização do Distrito de Vilankulo no mapa de Moçambique

a. Situação biofísica da área de estudo

O Distrito de Vilankulo situa-se na zona das grandes planícies costeiras do país, com a altitude a aumentar suavemente da costa para o interior do distrito. A altitude máxima do distrito situa-se na classe dos 200 aos 500 m, mas com fraca expressão espacial (menos de 0,01 % da área do distrito). Na zona costeira e nas ilhas ocorrem dunas interiores de areia eólica vermelha (cerca de 22 %) intercaladas por aluviões recentes (6 %) com areias de duna costeira e argilas fluviomarinhas nos sistemas fluviais.

A precipitação média mensal apresenta uma variação sazonal relevante destacando-se: um período húmido, entre Novembro e Abril, onde ocorre um valor de precipitação equivalente a cerca de 74 % do valor total anual da precipitação, sendo o mês de Fevereiro o mês mais chuvoso com precipitação média mensal de cerca de 136 mm; sendo que o período seco entre Maio e Outubro com médias mensais de precipitação entre 30 mm (Agosto) e 56 mm (Junho).

No Distrito de Vilankulo predominam os solos arenosos (58 % da área total do distrito), de diferentes tipologias, seguido dos solos argilosos vermelhos (22 %) e os solos de mananga (15 %) constituídos a partir de diferentes associações de solos, seguindo-se os solos de sedimentos marinhos estuarinos (5 %).

Em termos de hidrografia, o distrito não tem rios que desaguam no Oceano Índico com a excepção dum pequeno rio (com menos de 10 km de extensão) que desagua na Baía de Vilankulo. O Rio Govuro que atravessa o distrito no sentido Sul-Norte tem a sua nascente no distrito e depois atravessa o Distrito de Inhassoro para ir desaguar em Govuro, distrito tem muitas lagoas costeiras (entre estas a Manhale e a Zevane) (IMPACTO, 2012).

3.2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.2.1. Apresentação dos resultados

Neste subcapítulo faz a descrição do projecto e os principais objectivos do projecto foram:

- Criar comités de protecção da biodiversidade e comunidade engajada no uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros de acordo com a lei de conservação 5/2017. Como resultado o projecto prévio a criação de grupos comunitários para defender a conservação da Biodiversidade Costeira e Marinha através da boa implementação da lei 5/2017 e leis afins.
- Criação da Plataforma de Organizações da Sociedade Civil.
- Melhorar a capacidade dos cidadãos para defender a conservação da biodiversidade em Inhambane.

O projecto tinha como público-alvo, os Governos Distrital e Provincial, Organizações da Sociedade Civil, agentes económicos e a comunidade. Os beneficiários primários do projecto foram a população residente na costa de Vilankulo e residente na base de

pesca, lenhadores, líderes locais e os jovens nas escolas. As principais actividades levadas a cabo para a efectivação do projecto são apresentadas na tabela 4.

Tabela 4: Descrição de Actividades do Projecto

Actividades	Sub-actividades
<p>Estabelecimento de dois Comitês de Protecção Comunitária (CPC) – processo que inclui a criação e validação seletiva de comitês por meio de consulta a lideranças comunitárias</p>	<p>Reuniões bilaterais com as autoridades distritais (representantes distritais do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural) e o administrador dos Vilankulos</p>
	<p>Encontros com líderes comunitários na aldeia de Vilankulos</p>
	<p>Reuniões regulares com as pessoas (grupos) a serem colocadas no CPC para apoiar na elaboração dos TdR/diretrizes</p>
	<p>Lançamento de dois CPC na aldeia de Vilankulos</p>
<p>Criação de uma plataforma OSC para a conservação da biodiversidade em Inhambane (Vilankulos).</p>	<p>Reuniões regulares com pelo menos organizações de base comunitária (CBO), OSC, convidados singulares e academia (professores da Escola Superior de Desenvolvimento Rural e do IFP) para discutir a abordagem e a melhor forma de criar esta plataforma</p>
	<p>Reunião com o interveniente para elaboração dos TdR do funcionamento da plataforma, adesão e objetivos de advocacia do grupo</p>
	<p>Lançamento público da plataforma de OSC</p>
<p>Fortalecer a capacidade do CPC na legislação sobre conservação e protecção da Biodiversidade Realizar treinamento para jornalistas sobre conservação/protecção da biodiversidade Realizar treinamento para membros da plataforma de OSC sobre conservação da biodiversidade.</p>	<p>Treinamento em advocacia</p>
	<p>Capacitação em conservação da biodiversidade</p>
	<p>Publicação do anúncio em jornais, sites e outros meios de comunicação.</p>

3.2.1.1. Plantio do Mangal na zona de Mangalisse

O Projecto previa actividades concretas (acções) que gerassem algum impacto visível sobre o ambiente, pois esta seria uma forma de demonstrar que uma atitude positiva sobre o ambiente traria ganhos futuros para as comunidades directamente implicadas na zona em questão. Baseado neste pressuposto, o proponente juntamente com a Malhalhe (organização que também actua na área do meio ambiente) e membro da Plataformada OCS juntaram sinergias com o conselho municipal para o plantio de árvores de mangal no povoado de Mangalisse. Esta actividade teve o envolvimento do comité de Mangalisse que se localiza próximo do mangal onde a população tem por hábito retirar o pau ferro para uso como combustível lenhoso e para a construção de casas.

	
Estado de degradação do Mangal devido a acção Humana	Preparação de Estufa de mudas com plantas de mangal
	
Oficial provincial demonstrando a tecnica de plantio	CCP de Mangalisse aplicando a tecnica de plantio

Figura 3: Actividade de repovoamento do mangal na zona de Mangalisse

3.2.1.2. Contratação de Consultor para Melhoria de Desempenho

O projecto previa a contratação de um consultor ambiental para ajudar o proponente na materialização das actividades junto dos comités de Mangalisse e Chibuene, no apoio a Plataforma das OCS's na busca de parcerias e financiamento para o seu funcionamento, bem como apoio ao governo na resolução de problemas ambientais. Uma das questões que o proponente sugeriu ao consultor, foi a introdução do conceito da criação de reservas marinhas junto do governo local, de modo a fazer face a escassez de mariscos em Vilankulo. Foi nesse contexto que o consultor veio à Vilankulo para o cumprimento de agenda acima citada, como mostram as imagens a seguir. A ideia de criação de uma reserva foi debatida e concordada com o governo local, e depois proponente reuniu-se com a Ocean Revolution para colher experiência e conhecimento sobre a matéria.



Figura 4: Encontro do consultor com o Governo local

3.2.1.3. Aprovação para implementação do projecto

A primeira fase para a implantação do projecto consistiu na submissão de cartas informativas a todos os *stakeholders* (a nível provincial, o Gabinete de sua Excia Governador de Inhambane, Administração Provincial da Terra e Meio Ambiente, a nível distrital, Serviço Distrital de Actividades Económicas -SDAE, Administração Marítima e Vereação Municipal do Ambiente e Urbanização bem como líderes locais) (ver no anexo 2).

3.2.1.4. Apresentação do projecto junto as estruturas locais

Após aprovação do projecto pela estrutura máxima da província (gabinete do Governador de Inhambane), o proponente (Associação Ntumbuluku), foi recebida e instruída pelos Serviços de Distritais de Actividades Económicas de Vilankulo (SDMAS)

e Conselho Municipal, para apresentar o projecto junto dos líderes locais de Mangalisse e Chibuene.

Os líderes locais acolheram positivamente o proponente, pois após a apresentação do projecto como ilustra a figura 5, entenderam que as suas comunidades sairiam a ganhar com as abordagens que o projecto trazia e apoiaram na mobilização para angariação dos membros do CCP's.



Figura 5: Encontro de Apresentação do Projecto junto das Estrutura Local

3.2.1.5. Criação dos Comites Comunitários de Proteção

A primeira etapa das actividade do projecto consistiu na criação de dois Comités de Proteção de Comunitária (CCP's) em duas comunidades nomeadamente: Mangalisse e Chibuene.

As actividades consistiam em encontros separados de concertação com as duas comunidades para socialização da abordagem do projecto, apresentação dos TOR's de funcionamento dos comités, Debates para o engajamento dos membros, análise situacional do meio ambiente e da biodiversidade e contacto interpessoal para melhor interação com os membros descritos a seguir.

a) Apresentação dos TdR's do Comités aos Stakeholders

Antes de apresentar os TdR's junto dos comités, assim como para a Plataforma, houve necessidade de apresentar junto das estruturas do governo para contributo e apropriação. Esta medida serviu para evitar quaisquer equívocos e não confundir a criação dos dois comités e a plataforma com outras agendas que não fossem as de advocacia para a implementação da lei da Biodiversidade.



Figura 6: Apresentação dos TdR's Junto do governo local

Após a partilha e contributo junto do governo local, o proponente já reunia condições de passar adiante junto das Comunidades. Os TdR foram partilhados e discutidos junto das comunidades de Mangalisse e Chibuene conforme indica a figura 7.



Figura 7: Criação do comité de Chibuene

a) Aprovação dos TdR pela Comunidades de Chibuene e Mangalisse

Após a angariação dos membros do comité, constatou-se que o público-alvo era contida maioritariamente por membros com nível de escolaridade que não lhes permitia ler e escrever. Houve necessidade de tradução dos TdR e adequação a língua materna local (Xitsua) para garantir melhor interação e contributo por parte dos participantes. Previa-se dos TdR os seguintes critérios: igualdade de gênero, vinte (20) membros por cada CCP, abrangência em termos de faixa etária e estatuto social, entre eles os pescadores, lenhadores, líderes religiosos e comunidade em geral. Dentre vários

encontros ocorridos, foi no primeiro encontro onde foram eleitos os órgãos sociais Presidente, Secretário e Vogal. (ver lista de presenças nos anexos 5, 6 e 7)

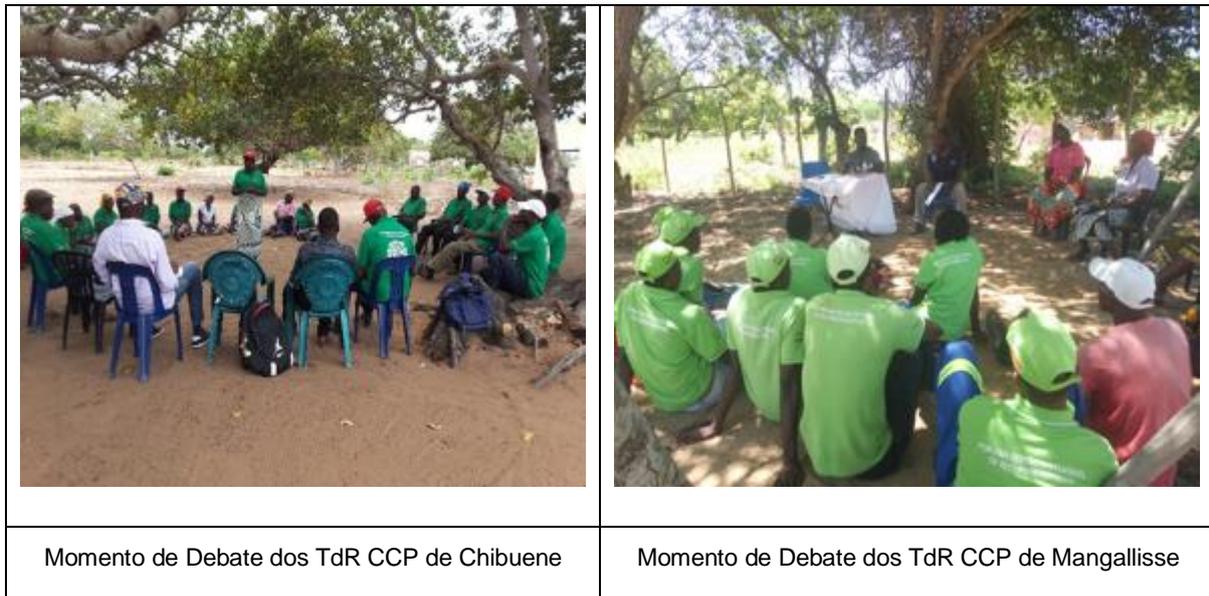


Figura 8: Encontro de discussão dos TdR's com os comités de Chibuene e Mangalisse

a) Capacitação dos membros do CCP's em matéria de Biodiversidade, legislação relacionada a defesa da biodiversidade

A capacitação dos comités de Mangalisse e Chibuene consistiu na transmissão de matéria sobre de Legislação ambiental com enfoque para a conservação e protecção da biodiversidade; preservação de ecossistemas marinhos e costeiros; género e mudanças climáticas. Estes materiais (slides animados, filmes, documentários) foram previamente preparadas pelo proponente, onde através delas procurou-se engajar e sensibilizar os membros para a mudança de práticas nocivas de pesca, o respeito pelo período veda, a necessidade de denunciar a pesca ilegal, os mecanismos de compensação, boas práticas ambientais entre outros que posteriormente eram traduzidos para língua local pelo oficial de projecto. (ver lista de presenças nos anexos 8 e 9)



Exibição de <i>slides</i> animados	Foto Família com CCP de Mangalisse
------------------------------------	------------------------------------

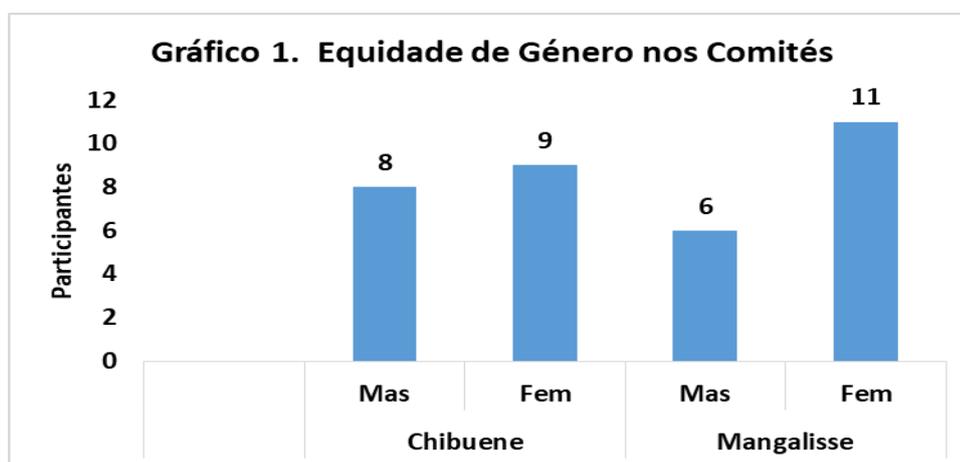
Figura 9: Capacitação do Comité de Mangalisse

O mesmo material foi usado para Chibuene conforme as imagens da figura 10.



Figura 10: Capacitação do comité de Chibuene

No geral foram formados 34 membros dos comités sendo 17 para cada comunidade (Mangalisse e Chibuene). Dos 17 membros do comité de Chibuene, 47% correspondem ao sexo feminino e 57% sexo Masculino. Ao Passo que o comité de Mangalisse formou 35% do sexo feminino e 65% do sexo Masculino.



Gráficos 1: Número comparativo da equidade de gênero envolvidos no projecto

3.2.1.6. Criação da Plataforma da Sociedade Civil

O segundo grupo activo a ser criado de acordo com o projecto foi a Plataforma das Organizações da Sociedade Civil. O principal objectivo passava por advogar, fortalecer e pressionar o governo para os assuntos de cumprimento das Leis de

Conservação da Biodiversidade. A Plataforma foi composta por OSC's que operam ao longo de todo o Distrito de Vilankulo independentemente da área de actuação e Academia (Centros de Formação e Univesidades, Professores), obedecendo os seguintes passos:

a) Identificação e Mobilização das OSC's

A identificação das OSC's enfrentou dificuldades em termos de agenda e compromissos de trabalho com os seus doadores e beneficiários dos projectos, sendo que contou a angariação de 10 membros, nomeadamente: Malhalhe, Rádio Comunitária, Instituto de Formação de Vilankulo, ANIVIL, AMODEVI, AIPDC, APAPURG, IEAD, KHUMBARY, BBI, conforme indicado no anexo 15.



Figura 11: Identificação de OSC's para fazerem parte a plataforma

b) Apresentação de TdR aos Membros da Plataforma da Sociedade Civil

Depois da identificação das OSC's, foi feita uma reunião de apresentação do projecto, e convite a estas para fazerem parte da Plataforma criada. Foram dez (10) OSC que aceitaram o compromisso de fazer parte do movimento, de seguida foi criada comissão para auxiliar na elaboração dos estatutos tendo os membros comprometido convidar outras OCS's para fazerem parte.



Figura 12: Reunião dos membros da plataforma para a definição de comissão de elaboração de estatutos

c) Capacitação dos membros da Plataforma em matéria de legislação relacionada a defesa da biodiversidade

A Lei do Ambiente no seu artigo 8, estabelece o princípio da participação pública na gestão ambiental, e, de acordo com este princípio, o governo deve criar mecanismos adequados para envolver as comunidades locais na elaboração das políticas e legislação relativa à gestão dos recursos naturais, assim como no desenvolvimento das actividades de implementação do Programa Nacional de Gestão Ambiental.

Com base nesse pressuposto legal, o proponente capacitou os membros da Plataforma de OSC sobre matérias de Legislação Ambiental para a conservação ou protecção da biodiversidade; preservação de ecossistemas marinhos e costeiros; género e mudanças climática. Participaram das capacitações 17 membros das OSC, sendo 16 do sexo masculino (dois professores do Instituto de Formação de Professores de Vilankulo) e 1 do sexo feminino.



Figura 13: Capacitação da Plataforma da Sociedade Civil

3.2.1.7. Capacitação do Governo Local

A formação do governo local era estratégica, pois uma vez que, este tinha se comprometido em colaborar com o proponente e por reconhecer que os seus técnicos tinham pouco domínio em matéria de legislação Ambiental, a capacitação tornou-se oportuna, assim o governo estaria em pé de igualdade em relação aos outros intervenientes no campo da proteção do meio ambiente em particular a biodiversidade marinha e costeira. Foram no total capacitados doze (12) técnicos, sendo três (3) dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas, três (3) dos Serviços Distritais de Actividades Económicas, Dois (2) do Gabinete do Administrador Distrital, dois (2) do Conselho Municipal, dois (2) do Posto Administrativo de Vilankulo Sede. Os temas ministrados foram sobre Legislação Ambiental, Leis conservação da Biodiversidade; Preservação de Ecossistemas Marinhos e Costeiros; Género e Mudanças Climáticas (Ver lista de presenças no anexo 10).



Figura 14: Capacitação do governo local

3.2.1.8. Capacitação de jornalistas

A capacitação dos jornalistas visava dotá-los de ferramentas e matérias sobre a Legislação Ambiental, Leis de Conservação da Biodiversidade, Preservação de Ecossistemas Marinhos e Costeiros; Género e Mudanças Climáticas, Espécies Proibidas, Período de Defeso, Destruição e Construção sobre o Mangal. Serviu também para torná-los aliados do projecto, de modo a serem capazes de educar a população principalmente em língua local, reportar sobre as várias situações de crimes ambientais que ocorrem em Vilankulo, mas também sensibilizá-los para que sejam a voz que discute ou provoca debates junto dos órgãos de governação sobre o Meio Ambiente em Vilankulo. Participaram desta capacitação num total de treze (13) jornalistas de rádios comunitárias, emissoras provinciais da RM e da TVM, sendo quatro (4) do sexo feminino e nove (9) masculino.(ver Lista de Presenças no anexo 11).



Figura 15: Capacitação de Jornalistas

NOTA: As formações tinham como objectivos criar capacidade dos cidadãos em defender a conservação da biodiversidade, participação na gestão dos recursos naturais, perceber os crimes ambientais, advogar a favor de boas práticas ambientais e de pesca, e finalmente denunciar os prevaricadores.

3.2.2. Discussão dos resultados

Como resultado das capacitações uma vez que os *stakeholders* estavam munidos de ferramentas para intervir a favor da conservação do meio Ambiente, foram levadas a cabo sub actividades do projecto nomeadamente:

3.2.2.1. Encontros de Planificação

Uma vez os CCP's de Mangalisse e Chibuene já formados e capacitados, estes reúnem-se uma vez por semana e planificavam as suas actividades de sensibilização comunitária. Os encontros serviam também para o engajamento dos membros e para passagem de conhecimento de matéria sobre o meio ambientais, discussão e busca de soluções locais para os problemas ambientais que a comunidade identificava. (ver lista de Presenças no anexo 12).



Figura 16: Actividade de Planificação Semanal dos CCP's de Chibuene e Mangalisse

3.2.2.2. Sensibilização comunitária para advocacia da conservação da biodiversidade marinha e costeira.

A sensibilização acontecia de preferência nos locais de aglomeração populacional como mercados, igrejas, escolas, de casa e casa, bem como quando os pescadores saiam do mar com o pescado. Estes encontros eram realizados numa primeira fase com

a presença do oficial programático da Ntumbuluku que suportava tecnicamente as actividades dos CCP's.

	
<p>CCP de Chibuene em sensibilização</p>	<p>CCP de Chibuene exibindo cartaz na sensibilização</p>
	
<p>CCP de Mangalisse sensibilizando sobre pesca sustentável</p>	<p>CCP de Mangalisse inspecionando a fêmea do caranguejo</p>

Figura 17: Sensibilização da População pelos membros do CCP de Chibuene

3.2.2.3. Avaliação da situação da biodiversidade marinha e costeira de Mangalisse e Chibuene

Esta actividades tinha como objectivo demonstrar aos membros dos comités como os efeitos das mudanças climáticas se manifestavam sobre a costa de Vilankulo, mas também como é que o comportamento humano contribuía para os problemas ambientais.

	
<p>CCP de Chibuene observação dos efeitos da Erosão</p>	<p>Efeitos do Lixo na Costa de Mangalisse</p>

Figura 18: Avaliação da situação da biodiversidade em Chibuene e Mangalisse

3.2.2.4. Palestras na Escola e Centros de Formação

Esta sub-actividade resulta do engajamento dos professores membros da Plataforma da OSC e tinha em vista dotar aos alunos e futuros professores de ferramentas e conhecimento sobre Conservação do Meio Ambiente bem como traçar estratégias de os formandos, ao terminarem o curso replicarem os conteúdos recebidos durante as palestras. Esta actividade foi coordenada com os membros da Plataforma das OCS's. (Ver Anexo 14)

	
<p>Momento de debate na escola</p>	<p>Momento de debate no CFP</p>

Figura 19: Palestra na Escola e Centro de Formação de Professores

3.2.2.5. Palestra nas Igrejas e locais aglomerados

Como forma de massificar as mensagens de uso sustentável dos recursos bem como engajar a comunidade para a preservação do meio ambiente, a visita a igrejas era estratégica, pois conseguíamos encontrar de uma só vez um número elevado de

participantes. Estes encontros eram previamente preparados, anunciados e combinados pelos membros do comité, junto as comunidades religiosas (ver lista de Presenças no anexo 13).



Figura 20: Palestra nos locais de culto pelos comités de Mangalisse e Chibuene

3.2.2.6. Debate na rádio sobre o Dia Internacional da Biodiversidade

Como resultado da capacitação dos jornalistas e a necessidade de ampliar a voz na advocacia do cumprimento de boas práticas ambientais, aplicação das leis da biodiversidade costeira, o proponente propôs o debate junto a rádio para alcançar mais pessoas sobre os problemas ambientais e sua conservação. O debate era feito estrategicamente na língua portuguesa e local Xitsua e aproveitava-se para engajar os comités e toda a população para estarem sensíveis a proteção da biodiversidade marinha e costeira.



Figura 21: Debate sobre o Meio Ambiente na Rádio

3.2.2.7. Comemorações do dia do Ambiente

Uma das acções de destaque foi a marcha conjunta em comemoração do Dia do Meio Ambiente, organizada pela Ntumbuluku com o envolvimento da Plataforma da Sociedade Civil e CCP. Esta actividade serviu também para o lançamento da Plataforma da OSC a nível de Vilankulo conforme demostra as imagens da figura 22.



Figura 22: Comemorações do Dia do Ambiente em Vilankulo

3.2.2.8. Monitoria da Produtividade do Mar

A monitoria do pescado consistiu numa visita guiada pelos pescadores, consultor e do proponente para as zonas de predominância do pescado, no alto mar. Enquanto os pescadores pescavam, faziam-se o registo das coordenadas geoespacial com a referência do pescado encontrado naquele local.

Constatado a busca de espécies marinhas (ostras) no alto mar, que normalmente são encontradas nas pedras na margem, segundo os pescadores, a superexploração sem respeitar o período de veda contribui para a sua extinção.



Momento de retiradas das coordenadas	Pescado retirado mar usando técnica de mergulho
	
Zona de abundância de cavalo-marinho	Mulher buscando ostras no alto mar

Figura 23: Visita de monitoria do pescado em alto mar

3.2.2.9. Formação em Monitoria Fotográfica

O produto desta visita foi a formação da plataforma das OSC's em matéria de monitoria fotográfica, que consistia na localização de locais problemáticos em termos de degradação ambiental, tamanho do pescado, lixeira, ou outro local que seria alvo da intervenção do projecto em termos de sensibilização. Depois de um período de intervenção, seja por sensibilização, palestra, denuncia, era novamente fotografado para verificar em que condições se encontrava, se notar alguma melhoria é porque as acções levadas acabo tinham surtido algum efeito positivo, caso contrário, então havia necessidade de aprimorar as técnicas ou reforçar para a mudança desejada conforme demonstra a figura 24.



Monitoria do Tamanho do Pescado	Aprimoramento da técnica do fotografo
---------------------------------	---------------------------------------

Figura 24: Formação sem monitoria fotográfica aos membros da Plataforma das OSC's

3.2.2.10. Visita do Consultor ao CCP de Mangalisse

A presença do consultor em Vilankulo, também serviu para conhecer os comités criados pela proponente e interação com os membros, mas também para transmitir e reforçar toda a ideia da criação de reservas marinhas já introduzidas pelo proponente aos comités, em particular este pois é maioritariamente composto por pescadores conforme a figura 25.



Figura 25: Visita do Consultor ao CCP de Mangalisse

3.2.2.11. Visita do Doador (USAID) ao Distrito de Vilankulo

O proponente recebeu uma ilustre visita do doador (USAID) com vista a acompanhar e monitorar as actividades dos parceiros da Counterpart International, (Ntumbuluku, Mahlahle e Kuwuka), e inteirar-se sobre o processo de formalização da Plataforma das Organizações da Sociedade Civil; engajamento e responsividade do Governo dos distritos de Vilankulo sobre os matérias e trabalhos desenvolvidos pelo proponente e acompanhar o processo de elaboração do estudo situacional da biodiversidade na responsabilidade do consultor.

A imagem na figura 26, a esquerda, documenta o momento de demonstração dos efeitos das mudanças climáticas associadas a pressão exercida pelo homem sobre o

mangal da costa de Mangalissa, sendo que a direita documenta a reunião havida entre o doador, Ntumbuluku e membros do governo, de modo a aferir as actividades conjuntas e medir a interação entre a Ntumbuluku e o Governo Local.



Figura 26. Visita de monitoria da USAID ao Parceiro de implementação Ntumbuluku

3.2.2.12. Visita do Doador aos CCP's criados pela Ntumbuluku

As imagens da Figura 27, demonstram o momento da reunião havida entre a USAID junto dos comités criados do âmbito do projecto convista a aferir o engajamento e qualidade das actividades desenvolvidas pela Ntumbuluku.



Figura 27: Visita da USAID junto dos CCP's criados pela Ntumbuluku

3.2.2.13. Visita da USAID à Associação de Turismo de Vilankulo

As equipas da USAID, Counterpart, Ntumbuluku e a Plataforma da OSC's de Vilankulos por fim, reuniram se com o presidente da Associação de Turismo de

Vilankulos, para perceber o quanto o turismo está envolvido na preservação do meio ambiente.

O presidente da associação de turismo informou que estava em curso o desenho de um “Master plan” do distrito que abrange todos os sectores do governo onde o se pretendia tornar Vilankulo numa eco-cidade costeira. A associação de Turismo mostrou-se disposta a trabalhar com as organizações da sociedade civil no que diz respeito a limpeza da praia, preservação da costa, redução do uso da rede mosqueteira para pesca e por fim acolheu com satisfação a ideia trazida pelo consultor no sentido de a Associação de Turismo, influenciar ao município na introdução de uma taxa que seria cobrada aos turistas em todos os pontos de saída e a mesma serviria para incrementar actividades do meio Ambiente.



Figura 28: Visita de Cortesia à Associação de turismo de Vilankulo

Uma vez conseguidos os resultados demonstrados na tabela 4, iremos de seguida estudar o esforço empreendidos para a materialização dos resultados das actividades com as partes interessadas.

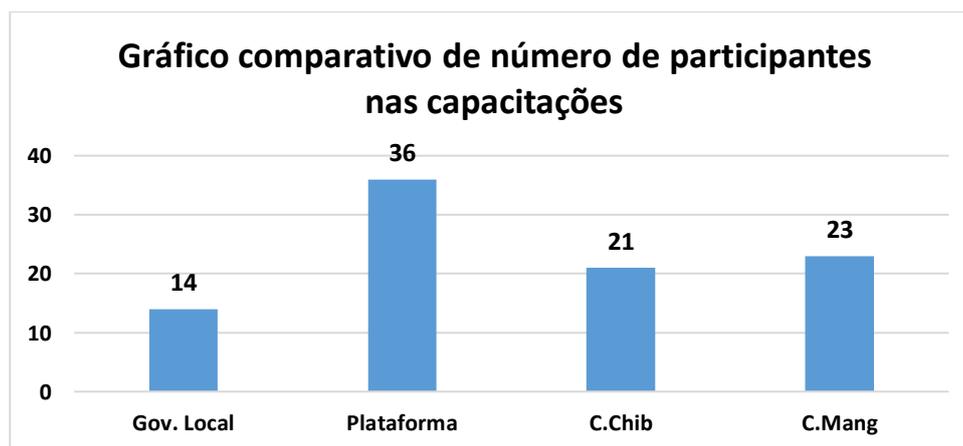
Para o engajamento e prosseguimento das actividades, verificamos o comprometimento por parte do Governo local em colaborar com o proponente, em contrapartida vemos um sector privado não muito colaborativo, a participação da Midia e das OCS's nesta fase ainda não é satisfatória devido a sobreposição de agendas, mas existe algum esforço por parte destes, a participação da academia é satisfatória, pois existem apenas dois estabelecimentos de ensino nas vizinhas do projecto, não obstante, as comunidades preferirem ter os seus encontros aos sábados. Sendo assim desafiador contar com a participação dos membros das instituições governamentais do distrito, por se tratar de um dia de descanso. Tratando-se de comunidades que vivem da pesca

(Cidadãos), a participação destas depende das condições das marés, o que significa ser variável a participação nos encontros da população no geral.



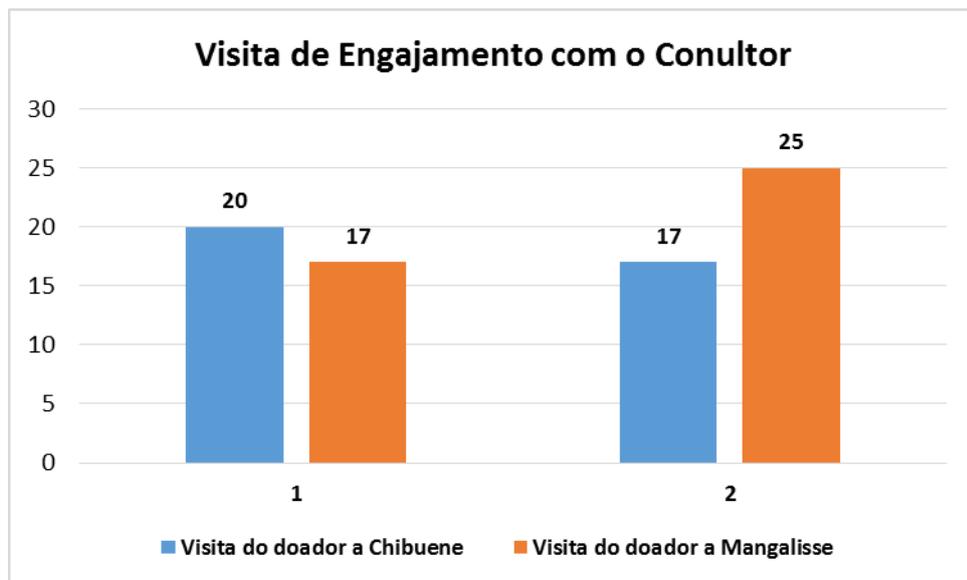
Gráficos 2: Número comparativo do nível de engajamento das partes interessadas

O gráfico 3 demonstra o nível de passagem de conhecimento que o projecto desenvolveu nos primeiros seis meses com vista ao despertar e elevar a consciência sobre os problemas ambientais por parte dos formandos, onde nota-se que a plataforma das OCS's e os CCP's aderiram as formações, pois devido a natureza das suas agendas favoreceram a sua participação.



Gráficos 3: Número comparativo dos participantes nas capacitações

Abaixo são indicados a participação dos comités na visita do consultor, uma vez ter sido feito o apelo por parte da Ntumbuluku junto dos líderes comunitários. Estas visitas eram importantes pois mediam o grau de desempenho do Projecto, mas também se aprendia bastante sobre a prevenção do meio Ambiente.



Gráficos 4: Número comparativo de engajamento nas actividades na presença do consultor

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1. Conclusões

Após a realização destas actividades, conclui-se que:

- As intervenções junto das comunidades quando são feitas por parceiros fora da estrutura administrativa local dever ser realizadas com o envolvimento das estruturas locais como líderes e pessoas influentes da comunidade;
- Na criação de comités ou qualquer outro grupo comunitário, dificilmente se consegue uma paridade em termos de género, pois depende das dinâmicas e modus vivende e particularidades daquela população em termos dos horários em que eles estão disponíveis a participar das reuniões do projecto, das actividades diárias dos beneficiários, do engajamento dos membros em aceitar os objectivos do proponente;
- Apesar destes pressupostos, o proponente conseguiu criar os dois comités de Protecção Comunitário que se acredita continuou a dar seguimento ao trabalho de réplica da informação em prol do meio ambiente;
- O proponente conseguiu passar mensagens de boas práticas no uso das componentes do meio ambiente, pois trabalhou com vários intervenientes nomeadamente: Governo Local, município, pescadores, lenhadores, líderes comunitários e religiosos, academia, operadores turísticos que continuarão cumprindo com as boas práticas;
- Com relação ao movimento para influenciar, pressionar e advogar junto das autoridades no cumprimento da lei 5/17 de 11 de Maio (Lei de Diversidade Biológica e Costeira), apesar de o proponente por um lado ter conseguido criar uma Plataforma juntamente com outras organizações, esta ainda carece de maior atenção, pois os seus membros possuem agendas próprias decorrentes do mandato da sua proveniência, por outro lado existe um clima de medo por parte destas em se expor e sofrer consequências do seu posicionamento que por vezes pode ser contrário ao do poder político.

4.2. Recomendações

Como forma de recomendações, achamos que, tratando-se de um projecto cujo objectivo é mudar comportamentos, hábitos e costumes, propomos algumas acções que o proponente devesse observar para conseguir melhores ganhos, dos quais mencionámos a seguir:

- Na redução do corte de Mangal, deve-se entregar/propor uma alternativa para que a população veja de forma prática o efeito desejado, daí que propomos a inclusão do fogão amigo do ambiente, que reduz em 40% o uso da lenha ou carvão;
- Sobre as Vantagens no plantio do Mangal, deve-se aprofundar a matéria sobre o Crédito de Carbono, interagir mais com o governo e conhecer os mecanismos ganhos financeiros que a população beneficiar com a venda das cotas de carbono capturado. Esta acção iria cativar e incentivar a participação da comunidade na protecção dos Mangais com maior eficiência;
- No que concerne ao período de veda, onde os pescadores não podem se fazer ao mar para a pesca, deve-se oferecer aos pescadores as vendedoras de peixe ferramentas de gestão e poupança (Xitique, Crédito Rotativo). Esta acção iria evitar que o pescador seja o primeiro a violar a Lei, permitindo que no período de defeso ele continue sustentando a sua família e por consequência evita-se a sensação de que o Governo está lhes castigando.
- Deve-se sensibilizar pescador sobre comportamento promiscuo que muitos deles tem sobretudo por causa da facilidade que eles têm de pegar dinheiro com a venda do pescado, tornam-se vulneráveis ao álcool e suscetíveis de contrair doenças pois quando estão ébrios metem se com mulheres sem a devida protecção.

5. BIBLIOGRAFIA

Biofund, 2022. *A Nossa Biodiversidade*. [Online] Disponível em: <https://www.biofund.org.mz/mocambique/nossa-biodiversidade/> [Acesso 11 Abril 2022].

Castiano, M., 2020. Um cão com dois mestres: Gestão Fragmentada e Ineficiência dos Mangais. In: *Raízes Emaranhadas e Mudanças das Marés: Governação dos Mangais para a Conservação e Uso Sustentável*. Berlim: UICN, pp. 150-179.

Chamba, E. et al., 2015. *Estratégia e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica em Moçambique*. Maputo: MITADER.

Guambe, G., 2017. *Geografia- Programa do Ensino Secundário à Distância (PESD)*. Maputo: IEDA.

Hoguane, A. M., 2007. Perfil Diagnóstico da Zona Costeira de Moçambique. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Volume 1, pp. 69-82.

IMPACTO, 2012. *Perfil Ambiental e Mapeamento do Uso Actual da Terra nos Distritos da Zona Costeira de Moçambique – Distrito de Pemba-Metuge*. Cabo Delgado: MICOA.

Macamo, C. & Siteo, A., 2016. *Governação e gestão de Mangais em Moçambique*. Maputo: Wing.

Ministros, C. d., 2020. *Estratégia de gestão de mangal em Moçambique para o ano 2020 - 2022*, Maputo: s.n.

Nuva, N., 2018. *Conservação do Mangal, Um desafio Para Todos*. [Online] Disponível em: <https://medicinanuva.blogspot.com/2018/01/conservacao-do-mangal-um-desafio-para.html> [Acesso em 21 Maio 2023].

WWF, 2022. *Ameaças a biodiversidade*. [Online] Disponível em: https://www.wwf.org.mz/o_que_fazemos/seascapes/ [Acesso 7 Novembro 2022].

Zacarias, D. A., 2018. *Biodiversidade marinha e costeira da província de Inhambane*. [Online] Disponível em: <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2018/09/Biodiversidade-marinha-e-costeira-da-prov--ncia-de-Inhambane.pdf> [Acesso 27 Novembro 2022].

Bibliografia Complementar

- Lei n.º 5/2017 de 11 de Maio de 2013, *Boletim da República*. 1ª série, nº 73, suplemento.

Anexos

8232



ANÚNCIO DE VAGA GESTOR PROVINCIAL

NTUMBULUKU é uma organização da sociedade civil moçambicana, que visa promover a sensibilização comunitária para a conservação e melhoria do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais, recebeu da USAID, através da Counterpart Internacional um financiamento para implementar o Projecto intitulado "Advogando pela implementação das leis de conservação da Biodiversidade em Inhambane". Neste contexto, a Ntumbuluku pretende recrutar para seu quadro pessoal um Gestor Provincial de Projecto para coordenar o projecto a nível da província de Inhambane com especial destaque para o distrito de Vilankulo.

1. O Gestor Provincial, é funcionário contratado pela Associação Ntumbuluku, respondendo hierarquicamente ao Gestor do Projecto.

- a) **Perfil do candidato:** Formação superior em Ciências Sociais, Ciências Políticas, Ciências Ambientais, Ciências Agrárias, Direito Ambiental/Agrário, Ciências de Desenvolvimento ou áreas afins.
- b) Experiência comprovada de pelo menos dois anos de trabalho com a sociedade civil, em advocacia baseadas em direitos humanos, gestão de recursos naturais e biodiversidade.
- c) Conhecimentos e experiência em abordagens participativas, de género e reporte baseado em resultados.
- d) Capacidade de análise e de elaboração de relatórios de progresso conforme exigência do doador.
- e) Domínio de uma língua local (xitsua, bitonga) para comunicação no ambiente de trabalho, e beneficiários do projecto.
- f) Capacidade de trabalhar de forma autónoma e em equipa.

Tarefas a desempenhar:

- g) Mobilizar cidadãos de Vilankulo, através dos comités de protecção a realizar acções de defesa da biodiversidade marinha e costeira em Mangalissa e Chiboene;
- h) Trabalhar em estreita ligação com o Governo do distrito de Vilankulo, no âmbito das acções de defesa da biodiversidade marinha e costeira em Chiboene e Mangalissa;
- i) Gerir processo de capacitação contínua dos comités de Protecção;
- j) Fazer a ligação entre as actividades do dia-a-dia do projecto em Vilankulo e a equipa central da Ntumbuluku;
- k) Fomentar a máxima participação das OSC nas reuniões da plataforma;
- l) Elaborar os relatórios de progresso das actividades de campo e;
- m) Realizar outras actividades que por ventura forem solicitadas no âmbito deste projecto.

Nota: A Associação Ntumbuluku dá igual oportunidade a homens e mulheres para ocupação da vaga. Encorajamos a candidatura de mulheres.

- ✓ As candidaturas devem ser enviadas para o email: programas@ntumbuluku.com
- ✓ O candidato deve enviar seu CV actualizado constando 2 referências e, uma carta de manifestação de interesse em preencher a vaga.
- ✓ As candidaturas devem ser submeridas até 12.00h do dia 9/10/2018.
- ✓ Somente candidatos pré-seleccionados serão contactados.

8134



Anexo II



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

À:
Associação Ntumbuluko

Maputo

S/Refº	N/Comunicação	Data:
	N/Refº: 158/DPTA/DIR/IA/490/19	28/01/2019

Assunto: Comunicação do Despacho

Exmos. Senhores,

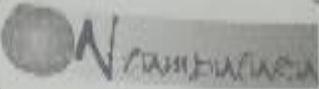
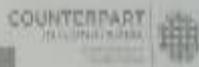
Esta instrução serve da presente para comunicar à V.Excías que por despacho de Sua Excelência Governador da Província, datado de 23 de Janeiro corrente, foi autorizado o vosso pedido para implementação de actividades de potenciação das comunidades na gestão racional e sustentável dos recursos naturais, no Distrito de Vilankulo, devendo submeter a esta instituição e à Direcção Provincial do Mar, Águas Interiores e Pescas, os planos trimestrais de actividades e os respectivos relatórios para efeitos de monitoria.

Com os melhores cumprimentos.

Zacarias Bordinhe Castro
Técnico Superior de Agropecuária M

Anexo III

C.H. BUEANE

FICHA DE REGISTO DE PARTICIPANTES

NOME DA ACTIVIDADE: Desporto de Tênis em escolas
 TIPO DE ACTIVIDADE: Desporto
 DATA DE INICIO: 26/07/2019
 DATA DE TERMINO: 20/08/2019
 NUMERO TOTAL DE DIAS: 25

PESSOA RESPONSÁVEL: CÉSAR MANNICO
 ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: NTUMBULUKU
 LOCAL DA ACTIVIDADE: PROVINCIA DE LUANDA - MUNICÍPIO DE KILANKULO
 NUMERO DE LISTA: _____

#	NOME (PRIMEIRO E ÚLTIMO)	FUNÇÃO / ORGANIZAÇÃO	CONTACTO	IDADE					SEXO		TIPO DE ORGANIZAÇÃO							ASSINATURA	
				10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	M	F	Org. do Estado	Org. Privada	Org. Não Governamental	Voluntário	Serviço Privado	Outro			
1	Adriano Vitorino		910396338						X	X	X								
2	Carolina Horta		910396338								X								
3	Carolina Martins		910396338								X								
4	Carolina Martins		910396338								X								
5	Carolina Martins		910396338								X								
6	Carolina Martins		910396338								X								
7	Carolina Martins		910396338								X								
8	Carolina Martins		910396338								X								
9	Carolina Martins		910396338								X								
10	Carolina Martins		910396338								X								
11	Carolina Martins		910396338								X								
12	Carolina Martins		910396338								X								
13	Carolina Martins		910396338								X								
14	Carolina Martins		910396338								X								
15	Carolina Martins		910396338								X								
16	Carolina Martins		910396338								X								
17	Carolina Martins		910396338								X								
18																			
19																			
20																			
21																			
22																			
23																			
24																			
25																			

Submetido por

Nome: CÉSAR MANNICO

Organização: NTUMBULUKU

Data: 26/07/2019

Verificado por

Nome: _____

Organização: _____

Data: _____

Aprovado por

Nome: _____

Organização: _____

Data: _____

Anexo IV



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



COMPUCENTER
INFORMACION TECNOLÓGICA

CONFIDENTIAL

FICHA DE REGISTRO DE PARTICIPANTES

NOMBRE DE ACTIVIDAD: DISCUSION DE TORIS

TIPO DE ACTIVIDAD: REUNION

FECHA DE INICIO: 30

FECHA DE TERMINO: 1 (una)

NÚMERO TOTAL DE DIAS: 1 (una)

ORGANIZACIÓN: CESA MANICE

COORDINADOR GENERAL: VIVIANEKE

PROYECTO: TRINIDAD, SUR

UBICACIÓN DE LA UNIDAD: VLAVELLO

N°	NOMBRE (PRIMER Y APELLIDO)	TÍTULO / ORGANIZACIÓN	CONTACTO	SEXO			ESTADO CIVIL			TIPO DE ORGANIZACIÓN			ASIGNACIÓN	
				M	F	N	C	S	OTRO	GOV	OTRO	OTRO		OTRO
1	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
2	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
3	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
4	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
5	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
6	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
7	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
8	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
9	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
10	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
11	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
12	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
13	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
14	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
15	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
16	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
17	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
18	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
19	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
20	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							
21	ELIXA HINDANEKE	USAID	802 833 8114	X			X							

APROBADO POR: _____

FECHA: _____

OTRO: _____


USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE




COUNTERPART
INTERNATIONAL

FICHA DE REGISTO DE PARTICIPANTES

NOME DA ACTIVIDADE: Proyecto Com. Educativa
TIPO DE ACTIVIDADE: Proyecto **REVISAO**
DATA DE INICIO: 30/01/2019
DATA DE TERMINO: 31/01/2019
NUMERO TOTAL DE DIAS: 1 (um)

PESSOA RESPONSÁVEL: CESAR ERNESTO MANHIC
ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: ATVABVUVA
LOCAL DA ACTIVIDADE: PROVINCIA: VILAKHNE **DISTRITO:** VILAKHNE
NUMERO DE LISTA: X

#	NOME (PRIMEIRO E ULTIMO)	FUNÇÃO / ORGANIZAÇÃO	CONTACTO	IDADE			GÉNERO		TIPO DE ORGANIZAÇÃO					ASSINATURAS				
				15-25	25-45	45-60	>60	M	F	Outro	OSC	GOV	Midia		Privada	Acade	Outro	
1	ZENBUVA MANSANNA		281510375			X		X										
2	NICTORIA MATSINIE							X										
3	TOMAS VILAKHLO							X										
4	KOMAO MOELME		874352858					X										
5	KOSALINH ZYANIE							X										
6																		
7																		
8																		
9																		
10																		
11																		
12																		
13																		
14																		
15																		
16																		
17																		
18																		
19																		
20																		
21																		
22																		
23																		
24																		
25																		

Submetido por:

Nome: CESAR ERNESTO
 Organização: ATVABVUVA
 Data: 30/01/2019

Verificado por:

Nome: _____
 Organização: _____
 Data: _____

Aprovado por:

Nome: _____
 Organização: _____
 Data: _____

Anexo VII



FICHA DE REGISTO DE PARTICIPANTES

NOME DA ACTIVIDADE: Workshop sobre Direitos
 TIPO DE ACTIVIDADE: Workshop 120.19
 DATA DE INICIO: 22/01/2019
 DATA DE TERMINO: 01/02/2019
 NUMERO TOTAL DE DIAS: 02 dias

PESSOA RESPONSÁVEL: ESARA Evaristo Malhize
 ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: ATVIGILANZA
 LOCAL DA ACTIVIDADE: Distrito: Vila Verde
 PROVINCIA: Mozambique
 NUMERO DE LISTA: _____

#	NOME (PRIMEIRO E ULTIMO)	FUNCAO / ORGANIZACAO	CONTACTO	IDADE				GENERO			TIPO DE ORGANIZACAO					ASSINATURAS		
				<25	25-45	45-60	>80	M	F	Outro	OSC	GOV	Midia	Privada	Academica		Outro	
1	NACIO HAVO	SEC VARIADO	9456833246															
2	ASSAULO LAI	SEC DO DAIKRO	9485452271															
3	ATTALEU UDEWA	SEC OIM KAKRO	9415718720															
4	JOSE MOUTUME	SEC ZOUVA D	8482244915															
5	MATIMUNDO CARRELA	SEC ZOUVA D	8482244915															
6	ALMEIDA TEMBE	SEC ZOUVA D	8421519443															
7	CARLOS BURENE	SEC ZOUVA A	84318261															
8	KAVI TABUELA	SEC ZOUVA A	847812603															
9	VERONICA ZIVHIT	SEC ZOUVA F	846830684															
10	ARALINDA MALANUB	SEC OIM M	8444644547															
11	LINDA STOL	OIM M																
12	ANITA NGOVENE	OIM M																
13	LINDA LIMBE	OIM M																
14	LUSA MUYENE	OIM M ZOUVA B																
15	CELESTE NATE	OIM M BARRIO																
16	FLOREANA VILANUB	ADM OIM BARRIO	845540352															
17	ALBIDINA VICARIO																	
18	ADRIETA CIMHANE		849661535															
19	TONA HURO																	
20	AMONDE JAHNE	TECNICO	845988087															
21	BERENGA MARYSANGANE																	
22	VITÓRIA MATSINE		846910275															
23	TONIAS VILANUB																	
24	KONADO MUYENE		844588554															
25	KOSHEIMA ZIVANE																	

Submetido por:
 Nome: ESARA Evaristo
 Organização: ATVIGILANZA
 Data: 31/01/2019

Verificado por:
 Nome: _____
 Organização: _____
 Data: _____

Aprovado por:
 Nome: _____
 Organização: _____
 Data: _____

Anexo VIII



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

COMITÉ HAWAIIENSE
LISTA 1
CONTRERPARTI
INTERNATIONAL

FICHA DE REGISTRO DE PARTICIPANTES

PAIS DE ORIGEN: CHILE ORGANISMO: COMITÉ DE MANUALES
 FECHA DE ACTIVACIÓN: 18/03/19
 FECHA DE INICIO: 28/03/19
 FECHA DE TÉRMINO: 09/04/19

PERSONA RESPONSABLE: LESAR HERRERA
 LOCALIDAD DE ORIGEN: VIÑA DEL MAR
 NOMBRE DE LA ACTIVIDAD: COMITÉ DE MANUALES
 NOMBRE DE LA INSTITUCIÓN: COMITÉ DE MANUALES

Nº	NOMBRE (GENTILICIO Y APELLIDO)	FUNCIÓN ORGANIZADA	CONTACTO	EDAD					GÉNERO		TIPO DE RESUMENARIO					OBSERVACIONES		
				18-25	26-35	36-45	46-55	56-65	M	F	Directo	Indirecto	Asesor	Asesor	Asesor		Asesor	
1	Francisco Vega	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
2	Luis Robal	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
3	Luis Robal	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
4	Luis Robal	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
5	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
6	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
7	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
8	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
9	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
10	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
11	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
12	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
13	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
14	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
15	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
16	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
17	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
18	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
19	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													
20	Esperanza Pizarro	COMITÉ MANUALES	940188928		X													

Verificado por: LESAR HERRERA
 Nombre: LESAR HERRERA
 Diferencial: LESAR HERRERA
 Fecha: 28/03/2019

Aprobado por: LESAR HERRERA
 Nombre: LESAR HERRERA
 Diferencial: LESAR HERRERA
 Fecha: 28/03/2019

Anexo X



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



COUNTERPART
INFORMATION

FICHA DE REGISTRO DE PARTICIPANTES

VOTANTE/ACTIVIDADE: Associação do Sítio Local
 TIPO DE ATIVIDADE: Atividade
 DATA DE INÍCIO: 25.05.2019
 DATA DE TÉRMINO: 23.05.19
 NÚMERO DE INSC: 1

Pessoa responsável: David Harfield
 Organização responsável: Mampuruna
 Local da atividade: Associação do Sítio Local
 Moradia: Indaíba, bairro Vila Verde
 Número de UFPA: 1

N	NOME (PRIMEIRO E ÚLTIMO)	FUNÇÃO / CATEGORIA	CONTEC	IDADE				GÊNERO		TIPO DE ORGANIZAÇÃO					ASSINATURA				
				18-29	30-39	40-49	50	M	F	Simp	Grat	OSC	OSV	Mes		Ent. Priv	Ent. Pùb	Outro	
1	SILVA FAMILIAR	TÉCNICO DA OITPAI	64.95.34.114					X		X									
2	ANTONIO GONCALVES	TÉCNICO DE GESTÃO	84.56.98.189					X		X									
3	ROBERTO DE MELLO	TÉCNICO DE OITPAI	20.02.98.165					X		X									
4	FABRICA DE MANTENIMENTO	TECNICO DE MANUTENÇÃO	84.02.08.380					X		X									
5	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
6	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
7	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
8	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
9	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
10	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
11	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
12	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
13	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
14	ROBERTO DE MELLO	TECNICO DE OITPAI	84.02.08.380					X		X									
15																			
16																			
17																			
18																			
19																			
20																			
21																			
22																			
23																			

Titular de atividade:
 Nome: David Harfield
 CPF: 25.05.19.8019

Verificado por:
 Nome: David Harfield
 CPF: 25.05.19.8019

Assinado por:
 Nome: David Harfield
 CPF: 25.05.19.8019

Anexo XI

CAPJ Gwalink / Município de



FICHA DE REGISTO DE PARTICIPANTES

NOME DA ACTIVIDADE: *Especto dos do Gwalink*
 TIPO DE ACTIVIDADE: *Workshop*
 DATA DE INICIO: *13/01/2019*
 DATA DE TÉRMINO: *15/01/2019*
 NÚMERO TOTAL DE DIAS: *2*

PESSOA RESPONSÁVEL: *COSIA MATHIE*
 ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: *MTUABUKUKU*
 LOCAL DA ACTIVIDADE: *USHITO, VILHAKULO*
 NÚMERO DE LISTA: *1*

#	NOME (PRIMEIRO E ÚLTIMO)	FUNÇÃO / ORGANIZAÇÃO	CONTACTO	IDADE			GÉNERO		TIPO DE ORGANIZAÇÃO				ASSINATURAS				
				15-24	25-45	46-60	+60	M	F	Outro	Circ. do dia	CIRC		SOV	Mult	Soc. Priv	Acad
1	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
2	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
3	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
4	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
5	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
6	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
7	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
8	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
9	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
10	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
11	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
12	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
13	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
14	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
15	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
16	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
17	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
18	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
19	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														
20	<i>...</i>	<i>...</i>	<i>...</i>														

Submetido por:
 Nome: *...*
 Organização: *...*
 Data: *13/01/2019*

Verificado por:
 Nome: *...*
 Organização: *...*
 Data: *...*

Aprovado por:
 Nome: *...*
 Organização: *...*
 Data: *...*

Anexo XV

TIPO DE ACTIVIDADE: Benéfico/sem fins lucrativos
 DATA DE INICIO: 23 Maio 2019
 DATA DE TÉRMINO: 03 Maio 2019
 NÚMERO TOTAL DE DIAS: _____

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL: _____
 LOCAL DA ACTIVIDADE: _____
 PROVÍNCIA: Luanda DISTRITO: Vilankulo
 NÚMERO DE LISTA: _____

#	NOME (PRIMEIRO E ÚLTIMO)	FUNÇÃO / ORGANIZAÇÃO	CONTACTO	IDADE				GÉNERO		TIPO DE ORGANIZAÇÃO							ASSINATURAS		
				15-25	25-45	45-80	>80	M	F	Outro	Cidadão	OSC	GOV	Midia	Sect. Priva	Academia		Outro	
1	LESAA MANNICE	NTUHAULUKU	842061416		X			X											
2	FUCLIDES USIBAS SICT	VICE-GERENTE-MEMBRO	844329079		X			X											
3	FELIPE MEGALMON	ASSISTENTE APD	844213290			X		X											
4	Salvador Faria	CONTACTO	8400510210			X		X											
5	ESGARRAS MUISELI	APADUZO	843786670			X		X											
6	Abilio Adalberto	FEAD-EVALU	842024028			X		X											
7	Julio Samuel Voz	Membro Ass. Cultural	843603171			X		X											
8	Paulo Chiribombano	MEMBRO	842312128		X			X											
9	Felicia Aguiar	NTUHAULUKU	842068800		X			X											
10	Milka Almeida	SOLICITAD	840333206		X			X											
11	Yago Zolozzano	AMP DEVI	842599385		X			X											
12	Vinice S. Silva	AIPOC	849151368	X				X											
13	Abel F. APO	AMP DEVI	842648925		X			X											
14	FRANCISCA LOURINHO	FEF-VILANKULO	842580630		X			X											
15	Duane Fato	ANAVIL-MEMBRO	845430428					X											
16	Ronaty A. Viana	FEF-VILANKULO	845625440					X											
17	Augusto Alves	ANAVIL-FCF	84533536	X				X											
18	MAMAR & BOTOM	APADUZO	845552030					X											
19	W. D. D. D.	CONTACTO	844307137		X			X											
20	António A. Silva	CONTACTO	842293594					X											

Aprovado por _____